

Energia renovável é trunfo brasileiro na busca por zerar a emissão líquida de GEEs

Nelmara Arbex, sócia-líder de ESG Advisory da KPMG no Brasil e líder da KPMG IMPACT.

A adoção da meta de zero emissão líquida de gases de efeito estufa (GEEs) até 2050 e de providências legais para a sua efetivação é um processo ainda em construção. O atraso na implementação de planos para essa redução nos países responsáveis pela maioria das emissões globais é uma das constatações da pesquisa **Net Zero Readiness Index 2021**, conduzida pela KPMG.

Realizada em 32 países e territórios, incluindo o Brasil, a pesquisa teve o intuito de analisar o progresso de cada um deles na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), que são reconhecidos pela ciência como fatores preponderantes na indução das mudanças climáticas. O Brasil aparece em 18º lugar no ranking geral, em 20º lugar com relação à preparação dos setores e em 15º em preparação nacional no compromisso de reduzir as emissões de GEEs.

O recorte brasileiro da pesquisa global (**Net Zero Readiness Index 2021: Brasil**) destaca pontos



essenciais para entender e superar os desafios enfrentados pelo país na transição para a meta mundial de zero emissão líquida de GEEs. Neste artigo, vamos discutir alguns desses *insights*.

Como o país utiliza a energia hidrelétrica para gerar eletricidade, desenvolve outras fontes renováveis de energia, (solar, eólica, biocombustíveis e etanol) e está iniciando projetos significativos para produção de hidrogênio verde, entre outras iniciativas inovadoras relevantes, existem boas chances de conseguir cumprir o seu objetivo no que tange a produção de energia.

No entanto, o mau uso do solo, a falta de regeneração dos ecossistemas e a falta de medidas de combate ao desmatamento e incêndios florestais ainda são fragilidades brasileiras que afetam



principalmente o bioma amazônico e o Pantanal, mas estão presentes em outros biomas também. Todos os investimentos em produção de energia renovável e esforços em reduções nas emissões podem ser insuficientes para manter nossa economia competitiva, caso o país não consiga reverter o quadro atual, o que seria possível, segundo especialistas.

Dados mostram que as emissões mais significativas (65%) se originam da agricultura, do uso da terra e da silvicultura; 14% advêm dos transportes; 12%, da indústria; 7%, da geração de eletricidade e energia; e 2% decorrem do setor de construção.

É plausível afirmar que o Brasil pode e deve reverter este quadro, investindo em proteção das florestas e ecossistemas para a criação de resiliência climática, com foco no sequestro de gases do efeito estufa. Como grande agroexportador e por seu histórico, o país tem organizações do setor comprometidas com boas práticas socioambientais. Porém, dados mostram que ainda é necessário implementar melhores e mais ágeis mecanismos de monitoramento, gestão e controle para combater o desmatamento e outras causas das emissões de gases de efeitos estufa.

Além disso, tais ações poderão trazer benefícios comerciais. Governos e empresas devem se preparar para medir suas emissões – caso ainda não o façam – e para apresentar planos detalhados relativos à busca das metas nacionais e setoriais.

Fortalecer os processos de controle e monitoramento e caminhar para a definição de metas concretas acordadas entre o poder público,

a sociedade civil e as empresas são os ingredientes necessários para que o Brasil caminhe mais rapidamente para alcançar a meta de zerar a emissão de GEEs e se mantenha competitivo.

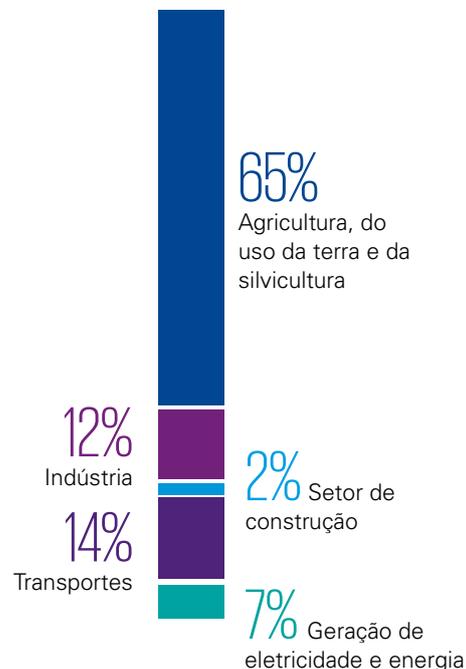
Iniciativas governamentais são relevantes

Uma das decisões mais importantes da COP 26 – Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (ONU) – foi a criação das regras para um mercado internacional de créditos de carbono.

O mercado entre os países será supervisionado pela ONU. Para participar desse mercado global, que pode gerar capital relevante para o país e incentivar a redução de emissões, será preciso coordenar as iniciativas de redução dentro do Brasil, estruturando o mercado interno de créditos de carbono.

O governo é um dos principais atores nessa jornada, em que devem ser definidas as estratégias, bem como os marcos de redução intermediária e outros

Setores e emissões



mecanismos, como impostos sobre as emissões e comércio de créditos de carbono.

Dessa forma, será possível promover qualidade de vida e o desenvolvimento da economia brasileira. ■

